

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

**JANAÍNA DE SOUZA GUIDA  
RUI VALDO COUTINHO DOS SANTOS**

**OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PRÁTICA  
DOCENTE NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO  
MUNICÍPIO DE MACAPÁ**

**MACAPÁ-AP  
2011**

**JANAÍNA DE SOUZA GUIDA  
RUI VALDO COUTINHO DOS SANTOS**

**OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PRÁTICA  
DOCENTE NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO  
MUNICÍPIO DE MACAPÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como parte das exigências para a obtenção do título de Graduação em Ciências Sociais, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Msc. Iraci de Carvalho Barroso.

Banca Avaliadora:

---

Iraci de Carvalho

---

Prof. Msc. Raimundo de Lima Brito

---

Prof. Msc. Richard Coelho Leão

**MACAPÁ-AP  
2011**

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	4
RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	5
1. INTRODUÇÃO.....	5
2. METODOLOGIA.....	7
3. A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO.....	9
4. O TRABALHO DOS PROFESSORES E AS CONDIÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE .	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	20
6. REFERÊNCIAS .....	21
APÊNDICE .....	23

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradecemos à Deus pela vida e pela luta. À todos os professores do Curso pelo aprendizado, aos colegas de turma pelo companheirismo e desafios. Agradecemos de modo especial à Professora Iraci de Carvalho Barroso pelas orientações, incentivo e paciência e aos professores Raimundo de Lima Brito e Richard Coelho Leão pelo apoio.*

## **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar os impactos das condições de trabalho na prática docente nas séries iniciais nas escolas do município de Macapá. A pesquisa de campo foi realizada por amostragem nas seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Sementinha (Bairro Jesus de Nazaré); Escola Municipal de Ensino Fundamental Vera Lúcia Pinon (Bairro Infraero II); Escola Municipal de Ensino Fundamental Hildemar Maia (Bairro do Trem) e Escola Municipal de Ensino Fundamental Paraíso das Acácias (Bairro do Muca), situadas nas zonas Norte e Sul do Município de Macapá, respectivamente; procurou-se analisar como as escolas pesquisadas estavam sendo afetadas na prática docente em consequência da reestruturação produtiva do trabalho. Foi utilizado o método qualitativo, tendo como instrumento a entrevista. Os resultados apontam que as condições de trabalho interferem na prática docente através da estrutura física que as escolas apresentam; em relação ao material didático, aos ambientes de aprendizagem, destacando-se a superlotação das salas de aula, a participação da comunidade na vida da escola. Observou-se a desvalorização profissional para com os docentes, desde sua formação inicial até a sua baixa remuneração, com influência em sua auto-estima e sua identidade profissional.

Palavras-chave: Condições de trabalho. Precarização. Prática docente.

## **ABSTRACT**

The present article has for objective to analyze the impacts of the work conditions in practice teacher in the initial series in the schools of the municipal district of Macapá. The field research was accomplished by sampling in the following schools: Municipal school of Teaching Fundamental Seed (Bairro Jesus of Nazareth); Municipal School of Fundamental Teaching Vera Lúcia Piñon (Neighborhood Infraero II); Municipal School of Fundamental Teaching Hildemar Maia (Neighborhood of the Train) and Municipal School of Teaching Fundamental Paradise of the Acacias (Neighborhood of Muca), located in the areas North and South of the Municipal district of Macapá, respectively; he/she tried to analyze as the researched schools were being affected in practice teacher as a consequence of the productive restructuring of the work. The qualitative method was used, tends as instrument the entrevista. Os results point that the work conditions interfere in practice teacher through the physical structure that the schools present; in relation to the didactic material, to the learning atmospheres, standing out the overcrowding of the classrooms, the community's participation in the life of the school. The professional depreciation was observed to the teachers, from his/her initial formation to his/her low remuneration, with influence in his/her self-esteem and his/her professional identity.

Word-key: Work conditions. Precarização. Educational practice.

## **1. INTRODUÇÃO**

A sociedade tem passado por grandes transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e tecnológicas. Essas transformações têm afetado o comportamento das pessoas, as

relações sociais e as relações de trabalho. Em consequência desse processo, o trabalho tem sofrido uma reestruturação implicando em uma sobrecarga e intensificação de trabalho, chegando a todos os setores sociais, incluindo-se nesse contexto as escolas. Nessa perspectiva, o trabalho do professor se amplia e se torna mais complexo, com exigências que muitas vezes extrapolam as competências da atividade docente.

Nesse sentido, partiu-se de um processo investigativo com os seguintes questionamentos: como as condições de trabalho têm afetado a prática docente e, como essas condições interferem para que a qualidade da educação esteja comprometida? Nasce, portanto nossa problemática: quais os impactos que as condições de trabalho têm apresentado na prática docente das séries iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Macapá?

Para a realização do presente trabalho utilizou-se a pesquisa qualitativa, tendo como suporte a abordagem dialética. A pesquisa se deu por amostragem nas seguintes escolas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Sementinha (Bairro Jesus de Nazaré); Escola Municipal de Ensino Fundamental Vera Lúcia Pinon (Bairro Infraero II); Escola Municipal de Ensino Fundamental Hildemar Maia (Bairro do Trem) e Escola Municipal de Ensino Fundamental Paraíso das Acácias (Bairro do Muca), situadas nas zonas Norte e Sul do Município de Macapá, respectivamente. As escolas escolhidas situam-se na periferia (EMEF Sementinha, Vera Lúcia Pinon e Paraíso das Acácias) e (Hildemar Maia) no centro da cidade de Macapá.

Como suporte teórico foram utilizados os seguintes autores: Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Sérgio Prieb, Josué Pereira, Maria Isabel de Almeida, M<sup>a</sup>. Cecília Minayo e Heloísa Szymansky, que fundamentaram o presente estudo.

Partindo de uma análise sociológica buscou-se a partir da amostragem abarcar um universo bem diversificado, procurando analisar essas quatro escolas de diferentes bairros para verificar se as condições de trabalho de cada educandário são comuns ou se cada unidade escolar possui uma realidade própria em relação às condições de trabalho, independente do bairro em que esteja localizada.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a observação participante e a entrevista direcionada aos professores do universo pesquisado. Realizou-se a entrevista com 10% (dez por cento) do total de professores de cada unidade escolar. Assim, foram entrevistados 8 (oito) professores da EMEF Hildemar Maia; 6 (seis) professores da EMEF Vera Lúcia Pinon; 5 (cinco) professores da EMEF Paraíso das Acácias e 3 (três) professores da EMEF Sementinha. O objetivo proposto é a compreensão dos impactos que as condições de trabalho têm na atividade docente e consequentemente na qualidade do ensino ofertado.

O estudo analisa ainda como as condições de trabalho das escolas refletem no desempenho profissional dos docentes; além da verificação de como ocorre a formação continuada dos professores e como se dá valorização profissional dos docentes.

## **2. METODOLOGIA**

Para que os objetivos propostos pudessem ser alcançados, foi de suma importância o uso de uma metodologia de trabalho voltada à reflexão crítica da temática em questão. É certo que nenhuma abordagem, ou corrente do pensamento pode ser capaz de explicar todos os fatos e acontecimentos de uma determinada questão, porém, são caminhos pelos quais se pode observar e começar a compreender as relações que os homens estabelecem em sociedade. Acreditando que a partir das relações sociais é possível identificar a historicidade dos processos sociais, da própria inserção do homem na sociedade.

Neste sentido, para fundamentar este trabalho, é necessário privilegiar a abordagem dialética que:

[...] se pressupõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos. [...] considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade com o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as determinações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam. (MINAYO, 1994, p. 24-25).

Considerando a metodologia enquanto um processo complexo, foi necessário o estabelecimento de critérios para a construção de estratégias, instrumentos e procedimentos a serem utilizados no decorrer da pesquisa, para realizar o levantamento e a discussão da produção bibliográfica existente sobre o tema, partindo de algumas categorias de análise como: trabalho, condições de trabalho, escola, trabalho docente. Objetivando a articulação de conceitos e a sistematização da produção existente nesta área de conhecimento.

Segundo Minayo:

a pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir idéias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento as bibliotecas, os centros especializados e arquivos . Nesse caso, trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre pesquisador e atores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico social (1994, p. 53).

Visto que o campo de pesquisa é um recorte espacial, que representa uma determinada realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação, a estratégia utilizada foi optar pela realização de um estudo de caso. No período em que os acadêmicos foram às escolas apresentar documentação para solicitar a realização do trabalho, houve um momento de observação *in loco*. A observação foi direcionada à rotina diária dos professores nos locais de trabalho. Foi o momento da observação da entrada, desenvolvimento das atividades docentes e a saída dos estudantes da escola e o “término” das tarefas dos professores. O momento foi propício para a verificação da dinâmica do trabalho dos professores. Esse período teve a duração de oito dias, sendo dois dias em cada escola pesquisada.

Na coleta de dados, uma das técnicas empregadas foi a observação participante, que teve por objetivo oferecer a possibilidade de um processo investigativo e o estabelecimento de um processo de aprendizado. Afinal, esta técnica requer a sensibilidade, a seriedade, a clareza quanto ao objeto a ser estudado e a capacidade de investigar sem interferir no cotidiano daquilo que se analisa. Observou-se as condições estruturais, os espaços físicos e a dinâmica de trabalho das escolas.

A técnica sobre observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. [...] A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são submetidos por meio de perguntas, uma vez que observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (MINAYO, 1994, p.60)

Outra abordagem técnica utilizada no trabalho de campo, foi a entrevista semi-estruturada com professores das unidades escolares. Optou-se por entrevistar dez por cento do total de professores por escola. Através desta técnica foi possível chegar à informações contidas na fala dos entrevistados, formando um rico meio de coleta de dados. Isso significa que a entrevista se tornou um precioso instrumento, visto que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Portanto, enquanto técnica possui propósitos bem definidos, não se resumindo a uma simples conversa.

A entrevista é um instrumento que tem sido empregado em pesquisas qualitativas como uma solução para o estudo de significados subjetivos e de tópicos complexos para serem investigados por instrumentos fechados num formato padronizado. A entrevista tem sido considerada como



um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional, que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária. (LAKATOS, 1993 in SZYMANSKY, 2004, p. 10).

Szymansky (2004), parte da constatação de que a entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré-conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação.

Nesse sentido, a entrevista é considerada como um rico instrumento de pesquisa. Ela desvela novas possibilidades na compreensão dos fenômenos que se quer investigar e, mostra o caráter dinâmico das informações que obtemos em nossas investigações e sinaliza para o “cuidado de não apresentá-las como algo definitivo, mas como um instantâneo que congela um momento, mas que traz em seu interior a possibilidade de transformação”. (SZYMANSKY, 2004, p. 58).

### **3. A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO**

Desde a antiguidade o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. Ora cultuava-se seu lado positivo, ora destacava-se o traço de negatividade. Com o evoluir da humanidade, o trabalho transformou-se em *tripaliare*, originário de *tripalium*, instrumento de tortura, momento de punição e sofrimento. Por outro lado, o ócio tornou-se parte do caminho para realização humana.

O cristianismo em seu longo e complexo percurso deu continuidade à controvérsia, concebendo o trabalho como martírio e salvação, caminho para o mundo celestial, onde o trabalho era considerado como “ato moral digno de honra e respeito.” Weber (ANTUNES, 2007. p. 22) com sua ética positiva do trabalho, reconferiu ao ofício o caminho para a salvação, celestial e terreno. Assim, sob o comando do mundo da mercadoria e do dinheiro, a prevalência do negócio (negar o ócio) veio “sepultar” o império do repouso, da folga e da preguiça.

Nessa trajetória, a sociedade do trabalho chegou à modernidade, ao mundo da mercadoria. Hegel (ANTUNES, 2007. p. 22) escreveu sobre a dialética do senhor e do escravo, mostrando que o senhor só se torna para si por meio do outro, do seu servo. Para

Marx (PANTUNES, 2007) trabalhar era, ao mesmo tempo, necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza. Mas, sob o império (e o fetiche) da mercadoria, a atividade vital transformava-se em atividade imposta, exterior, forçada e compulsória. Assim, essa dimensão dúplice e contraditória, presente no mundo do trabalho, manteve o trabalho humano como questão crucial em nossas vidas. E, ao longo do século XX, o trabalho de massa expandiu-se como nunca.

O século XX foi marcado pela reestruturação produtiva, baseando-se na empresa enxuta, a “empresa moderna”, a empresa que constrange, restringe, coíbe, limita o trabalho vivo, ampliando o maquinário tecno-científico que Marx denominou como “trabalho morto”. Esse novo desenho produtivo reduziu a força de trabalho e ampliou sua produtividade. O resultado dessa reestruturação verificou-se no desemprego explosivo, na precarização estrutural do trabalho, no rebaixamento salarial e na perda e flexibilização dos direitos dos trabalhadores etc.

São significativas as modificações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos trinta anos do século XX. Observa-se, desde então, um crescente processo de abertura de mercados, de desregulamentação financeira, assim como de flexibilização e precarização das relações de trabalho. As mudanças no padrão produtivo, juntamente com as inovações tecnológicas, contribuem para a expansão das diversas formas de flexibilização e precarização do trabalho, com destaque para a terceirização, a implantação dos contratos temporários e o crescente trabalho informal, que nos países do terceiro mundo tomam proporções cada vez maiores.

Nota-se entre as mudanças no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma importante mudança nos padrões de emprego. Os setores primários e secundários passam, em termos relativos a empregar cada vez menos trabalhadores em comparação ao setor terciário, que assume o papel de grande empregador na atualidade.

Com a diminuição do emprego no setor primário e secundário, os postos de trabalho estão sendo absorvidos pelo setor terciário. Assim, com a ascensão do setor de serviços, resultado do novo padrão de acumulação capitalista, juntamente com o desenvolvimento de novas tecnologias,

traz junto consigo a ampliação da heterogeneidade e fragmentação da força de trabalho, que se manifesta na precarização e flexibilização do trabalho, em que podem ser destacados o trabalho temporário, parcial, terceirizado e informal. (PRIEB, 2005, p. 194).

A utilização de mecanismos de precarização e flexibilização do trabalho por parte das empresas faz prosperar os empregos temporários e a subcontratação, em que os salários são

mais baixos e os direitos dos trabalhadores cada vez menores. Nota-se que a precarização do trabalho vem assumindo proporções cada vez mais expressivas no capitalismo contemporâneo, manifestando-se como uma situação de “desemprego disfarçado”. Nesse sentido, a utilização do processo de terceirização é outro importante ingrediente na precarização do trabalho. As empresas modernas, visando à redução de custos, passam a transferir atividades antes de sua responsabilidade a terceiras empresas, que passam a ser fornecedoras de serviços às empresas maiores.

Mesmo sendo a precarização uma condição sócio-histórica do trabalho vivo sob as condições do capital, ela se manifesta de diferentes formas no decorrer do desenvolvimento da modernidade. Nesse contexto, o processo de precarização do trabalho vivo na época do capitalismo pré-industrial ou do capitalismo industrial do século XIX e da maior parte do século XX, é diferente do ponto de vista qualitativo do capitalismo industrial que surge nas últimas décadas do século XX.

A partir da luta de classe do século XX surgiu no seio das sociedades burguesas uma rede de proteção social que amparou partes organizadas de trabalhadores. Na trajetória histórica do capitalismo, a precarização do trabalho apareceu como uma ‘mancha social’ denunciada por forças sociais revolucionárias e forças reformistas de caráter socialista e não-socialista.

Essas lutas levaram ao surgimento de um arcabouço de direitos sociais e políticos, no âmbito do Estado-Nação e, “geraram uma ‘crosta’ de ocultação da condição de precarização da força de trabalho como mercadoria”. (ALVES, 2007, p.118). Nesse contexto, o indivíduo moderno é apresentado como sujeito de direitos sociais e políticos e que tem um emprego respeitável. O operário moderno se organizou em grandes sindicatos, que, contudo, não contestaram o controle da produção pelo capital. Segundo Antunes (2010), o sindicato moderno organiza sua luta corporativa por aumento de salário, ou pelo menos para repor a inflação.

Nesse contexto, as categorias “precariedade” e “precarização” do trabalho são intrinsecamente histórico-concretas e multidimensionais. Tais categorias não são apenas do trabalho, mas dos modos de vida e da reprodução social. Assim, assumem formas e modos de ser diferenciados no decorrer da história e dentro de cada sociedade. No Brasil, segundo Alves (2007), o processo de precarização do trabalho é entendido, principalmente, como movimento de degradação da condição salarial e o processo atinge ainda de modo diferenciado categorias profissionais no interior da classe.

Na trajetória desse processo, o ‘capital flexível’ a partir da década de 1990, nada garante a perspectiva de carreira. Desse modo:

o processo de precarização como processo social se apresenta como o desmonte da perspectiva de formalização e o crescimento da informalização; a reestruturação produtiva de amplos setores protegidos da indústria, o crescimento do desemprego aberto. Ora, o processo de precarização atinge o centro e a borda do mundo do trabalho. A crise da economia brasileira dá cores trágicas ao cenário social nas últimas décadas, piorando a qualidade do emprego no mercado de trabalho. (ALVES, 2007, p. 276).

Desse modo, ocorre um processo de precarização do trabalho em categorias profissionais do núcleo dinâmico da economia, e ao mesmo tempo o aumento da informalização com o crescimento dos trabalhadores sem carteira assinada. Isso significa maior concorrência entre a força de trabalho na “borda” periférica do mundo do trabalho, de modo particular nas atividades de “autônomos”. Assim, o processo de precarização atinge os mais diversos segmentos e contingentes da força de trabalho.

#### **4. O TRABALHO DOS PROFESSORES E AS CONDIÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE**

Diante das transformações sociais ocorridas cada vez mais depressa na sociedade atual, as escolas estão em constante processo de questionamento interno e externo por conta da evolução histórica de nossa sociedade, e têm ao mesmo tempo, que educar crianças e jovens que sofrem o processo de globalização e exclusão em curso, colocando o desemprego, a violência e a ausência de perspectivas ao alcance de quase todos. Esse cenário exige também uma redefinição do papel da escola, que precisa rever seus objetivos e suas tarefas, promovendo uma formação global às crianças e jovens, ampliando seus horizontes e saberes, preparando-os para o exercício de uma cidadania ativa, consciente e responsável e para a inserção no mundo do trabalho.

Para tanto, a escola precisa enfrentar um grande desafio: realizar seu papel político de garantir o acesso ao conhecimento como ferramenta para resistir ou superar a dominação resultante da distribuição desigual do saber e do acesso à cultura e, por outro lado, enfrentar a questão da quantidade, da qualidade e dos direitos educacionais e dos trabalhadores da educação. Os professores vivenciam hoje um período de mudanças e, profissionalmente enfrentam as múltiplas dificuldades colocadas pela massificação da escola; enfrentam a degradação salarial, a deterioração das condições de trabalho e a falta de investimentos financeiros nas escolas, tendo ainda que pôr em prática as reformas educacionais em vigência no país, especialmente, as iniciadas na década de 1990. Assim, os professores têm que

repensar o currículo, a didática, a relação com os alunos, gestores, pais, o controle da disciplina e sua própria formação.

Nesse processo de mutação social a atuação profissional tem se tornado tensa e complexa e a atividade do professor exige um novo sentido para a escola e para o trabalho docente. As mudanças no modo de produção afetam o mundo do trabalho e a vida da população. As transformações tecnológicas estão modificando os padrões de produção e a organização do trabalho. Essas mudanças têm gerado altos índices de desemprego e submete o restante dos trabalhadores a uma forte insegurança, fazendo-os questionar qual a razão de estudar, uma vez que o diploma não lhes assegura espaço no mundo do trabalho e um reconhecimento profissional, através de valorização.

Desse modo, profissões estão sendo mal remuneradas, incluindo-se a de professor, que passa a ser socialmente desvalorizada e conta com poucos interessados em abraçar o magistério como opção de vida. Nesse sentido, a professora “Ana” regente do 3º ano do Ensino Fundamental de uma das escolas pesquisadas dá mais revelado à questão em entrevista e, pondera: “O dia em que o profissional de educação for valorizado como ele merece, acredito que tudo neste Brasil será justo. O governo precisa ser menos hipócrita e agir mais em favor do profissional professor”.

Nas últimas décadas, verificou-se uma diminuição das responsabilidades educativas de outros agentes sociais, de modo particular da família, e ao mesmo tempo ocorreu um aumento das exigências em relação ao professor, que continua tendo basicamente a mesma formação que não o prepara para enfrentar situações conflituosas e para analisar criticamente o contexto social onde está inserido. Isso se deve à:

existência de políticas que promovem a não-democratização de um ensino de qualidade para todos os brasileiros, o que foi, ao longo do tempo, desqualificando a carreira do magistério e corroendo a imagem pública dos educadores, principalmente dos que atuam na educação básica. (ALMEIDA, 2004, p.111)

Assim, crescem os sentimentos de fracasso e de frustração que minam as possibilidades dos professores realizarem um trabalho positivo com os alunos, no sentido da construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Nesse contexto de mudanças, os problemas escolares deixaram de ser unicamente escolares e os problemas sociais converteram-se em problemas escolares e os professores não estão preparados para enfrentar essa nova realidade. A formação inicial sozinha não dá conta das demandas que se impõem. Ao lado dessa sobrecarga, os professores são também responsabilizados pelas falhas, pelas

dificuldades e pela qualidade do ensino, uma vez que a realização do processo educativo fica centrado em suas mãos.

A profissionalização dos professores tem se desenvolvido de forma a levar à degradação do estatuto profissional e dos planos de carreira e à desqualificação do seu trabalho, resultando na queda do seu prestígio social, na diminuição de sua auto-estima e das condições adequadas de trabalho, condizentes com o exercício da profissão. É preciso compreender a transformação educacional (e social) para atuar de maneira positiva e propositiva.

O Município enquanto gestor do sistema de ensino deve ser o grande articulador do processo coletivo de elaboração e implementação da mudança e direcioná-lo auxiliando e incentivando a participação efetiva dos professores em programas de formação. Nesse contexto, a professora “Célia” do 3º ano do ensino fundamental ressalta que a formação em serviço, garantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), não vem sendo observada quando enfatiza que sua formação continuada é de cunho “mais pessoal, porque se eu for esperar pelos outros (Poder Público/Secretaria Municipal de Educação), fico estagnada.” A professora “T.S.M.” do 4º ano do ensino fundamental relatou em entrevista que: “participa de cursos de curto prazo, Fóruns em Instituições de Ensino Superior, sempre de forma pessoal”. Esses relatos confirmam a falta de uma política de formação continuada em serviço sistemática.

É preciso tratar a docência como uma profissão dinâmica, em desenvolvimento, em que os professores tomam para si a responsabilidade que lhes compete ao se definirem os rumos da mudança educacional. E, na tentativa de responder a uma realidade educacional complexa é necessário:

valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. (NÓVOA, 1992, p.27 *apud* ALMEIDA, 2004, p.114).

O professor trabalha em um contexto determinado e sua prática se desenvolve de maneira institucionalmente articulada, a melhoria profissional leva à melhoria institucional e vice-versa. As escolas não podem mudar sem o empenho dos professores, e estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que trabalham. Assim, o desenvolvimento profissional dos professores tem de estar articulado com as escolas e os seus projetos. Nessa mesma ideia observa-se que o desenvolvimento profissional do professor e a melhoria institucional escolar são duas faces da mesma moeda. Ainda nessa linha, é oportuno sinalizar

que a constituição de um novo profissionalismo docente por meio do desenvolvimento profissional dos professores e sua valorização poderá contribuir para o enfrentamento dos fatores que lhes criam preocupação e insegurança, permitindo uma atuação melhor e mais eficiente e poderá também promover a melhoria do seu status social. Por outro lado, o estudo mostrou que a maioria dos professores não se sente valorizada e respeitada enquanto profissional da educação. E depoimento da professora “Solange” do 1º ano do ensino fundamental da EMEF Vera Lúcia Pinon, argumenta:

“Não me sinto valorizada. A educação no Município não é diferente do restante do país. O que conseguimos se dá somente por lutas em greve, paralisações. Falta compromisso, seriedade por parte dos governantes que usam a educação como discurso político, mas na prática fecham seus olhos para as mazelas existentes”. (Entrevista realizada em 14/9/2011, Macapá-AP).

Outro depoimento sobre valorização profissional colhido por meio das entrevistas realizadas com os professores, confirma o quanto o processo de depreciação das condições de trabalho ultrapassa as más condições estruturais e materiais de trabalho e, atinge questões salariais e a própria identidade da profissão professor. A educadora “E.N.S.” da turma 411 (manhã) da EMEF Hildemar Maia observa:

“Piada! Sinceramente não! Enquanto ganho R\$ 891,00 para preparar para a vida, um deputado ganha R\$ 26.000,00 para ferrar com a minha vida. Acredito que respeitar o educador, a educação e o papel que ele desempenha e outra estamos sendo vítimas da sociedade; quer dizer que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) defende o aluno e quem defende o professor? É pra pensar. Se a educação de antigamente fosse tão ruim, não estaríamos aqui; e havia mais respeito.” (Entrevista realizada em 21/9/2011, Macapá-AP).

As configurações e reconfigurações no mundo do trabalho, atingem diretamente o trabalhador que tem sido alvo da precarização, que é constituída por diversas situações atípicas laborais. Na educação verifica-se:

o aumento do número de alunos em sala de aula, a manutenção dos vários turnos escolares, a precariedade das condições de funcionamento das escolas, os baixos salários dos educadores (...) É importante salientar, também, que o pano de fundo de muitos desses problemas é a falta de investimentos na educação, que é vista como ‘despesa social’ e não como investimento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. (ALMEIDA, 2004, p. 110)

Dessa forma, a precariedade docente se faz presente desde a formação inicial do profissional, pois a partir da sua graduação, a pessoa que decide seguir a licenciatura passa por limitações, perpassando pela falta de estrutura física das instituições até as próprias

políticas educacionais que por vezes desprestigia o magistério, colocando a profissão em segunda categoria em relação às outras.

As políticas educacionais implantadas no Brasil não são bem claras em relação à valorização do docente enquanto ator transformador da sociedade, havendo uma grande cobrança, tanto das esferas políticas quanto da sociedade para com o professor, porém, não se busca avaliar em que condições esses profissionais estão exercendo suas atividades ou se sua formação atende as demandas sociais de sua realidade.

Nesse sentido, o docente tem encontrado dificuldades para exercer sua atividade, pois assim como outras profissões, a docência tem passando por uma reestruturação. A escola de hoje, não é a mesma de décadas atrás, assim, nem mesmo os alunos, tampouco, os professores, são iguais. Aliás, a sociedade contemporânea tem vivenciado questões que antes eram consideradas tabus, e hoje são comuns. Até mesmo a estruturação da família, que é uma instituição tradicional, mudou.

A sociedade tem sofrido impactos desse ‘metabolismo social’, surgindo assim, problemas sociais que vão se tornando cada vez mais comuns no nosso contexto social. É o caso das terceirizações; fato este que leva o trabalhador a passar por dificuldades econômicas e aqui destaca-se o trabalhador docente, independente de sua formação, a se submeter ao trabalho precário, sem segurança e sem direitos trabalhistas, para manter sua sobrevivência.

Nos dias 10 e 11 de novembro de 2011, a Prefeitura de Macapá realizou processo seletivo para contratação temporária de professores. A Prefeitura ofertou 80 (oitenta) vagas para professor, 30 para servente, 30 para merendeira e 20 para pessoal administrativo. A remuneração oferecida aos professores é de R\$ 763,32 para contrato de 40 horas semanais com vigência até o dia 31 de dezembro de 2011, podendo ser renovado até 31 de dezembro de 2012. Essa “política” da Prefeitura de Macapá, através da Secretaria Municipal de Educação constata uma das formas de precarização do trabalho docente, qual seja: a contratação temporária (contrato administrativo) de profissionais.

Esse processo de precarização do trabalho docente força os professores a assumirem mais de um local de trabalho para tentar elevar seu padrão de vida. Assim, sua formação continuada fica comprometida por não sobrar tempo para investir em sua qualificação, ficando de certa maneira, despreparado para exercer sua função que lhe exige um perfil multifacetado.

Isso sem mencionar que essa intensificação produtiva também afeta a saúde do profissional, fazendo com que se torne uma constante, doenças como a *Síndrome de Burnout*, distúrbio que afeta o desempenho profissional do educador, comprometendo até a relação



ensino aprendizagem que depende muito da boa saúde do professor para que ele se sinta confortável em exercer sua função dentro da sala de aula.

É necessário que a educação seja vista de fato como prioridade para o desenvolvimento econômico e social do país. Porém, é preciso que isso deixe de ser somente promessa política em tempo de eleição e nossos governantes assumam de fato a importância da educação na sociedade brasileira e macapaense.

Quando se fala em educação de qualidade, sem dúvida nenhuma não se pode deixar de mencionar a valorização do professor. É necessário que tenhamos em mente que esta valorização docente não se resume às estruturas físicas ou em aspectos salariais somente. Há um ponto essencial que devemos analisar nesse processo de desenvolvimento educacional do país: a formação inicial e continuada desse profissional tão importante para o quadro educacional.

Segundo Almeida (2004) foi somente no período republicano, devido à instalação da escolarização em todo o território brasileiro que foram tomadas providências mais efetivas em relação à formação dos professores. Mas o que podemos verificar é que até hoje esta formação é bastante complexa, pois a precariedade do ensino está presente nas vidas dessas pessoas desde sua formação, enfrentando universidades sucateadas e com muitos problemas estruturais, comprometendo assim a boa formação do acadêmico e de certo modo saem para o mercado de trabalho despreparado para exercer o papel de professor.

Os depoimentos de professores nas escolas que fazem parte do universo deste estudo, mostra que os impactos das condições de trabalho na prática docente nos fornecem um panorama da situação a que estão submetidos os profissionais das escolas pesquisadas.

Em relação à jornada de trabalho, observou-se que ela é muito extensa e intensa, excedendo tanto às oito horas de trabalho diárias, quanto às quarenta horas semanais. Embora o contrato de trabalho seja de dedicação exclusiva, a maioria dos professores entrevistados afirma levar atividades da escola para finalizar em casa, aumentando a carga de trabalho, em um tempo que não podemos contabilizar, interferindo no cotidiano familiar destes profissionais, que deixam muitas vezes de se distraírem ou de se dedicarem ao aperfeiçoamento profissional, devido ao acúmulo de tarefas advindas de realidades tão diversas.

Vale ressaltar que a dedicação exclusiva é um aspecto importante a ser observado por esta categoria profissional, visto que faz parte dos incentivos de valorização docente da Secretaria Municipal de Educação. Porém, a vigência deste regime de trabalho requer uma política séria e conseqüente por parte do poder público, principalmente pela efetiva concessão

desse direito previsto na legislação educacional do município. Constatou-se que em alguns casos, o professor aguarda pela gratificação de dedicação exclusiva há pelo menos um, dois anos e até mais, e o benefício não é concedido; fato que desvaloriza o professor salarialmente (a D.E. representa 55% do salário base do professor) e profissionalmente.

O processo de trabalho docente vai além do cumprimento de tarefas e da transmissão dos conteúdos. O trabalho docente envolve uma relação social e afetiva. Diante disso, o profissional professor desempenha vários papéis, caracterizando uma polivalência, abarcando para si funções muitas vezes contraditórias, que vão além da docência.

Nessa análise, não se pode esquecer que salas construídas para comportar 30 alunos, são utilizadas com mais de 45 alunos. As queixas em relação à temperatura principalmente no turno da tarde são comuns. Em sua maioria os profissionais se referiam ao calor dentro das salas de aula. De acordo com o estudo este é um elemento apontado como prejudicial à saúde no ambiente de trabalho e más condições de trabalho.

Se a situação encontrada não é insalubre, ela é claramente desconfortante, interferindo no desempenho dos profissionais, produzindo um desgaste físico maior. É interessante observar que os professores da rede de ensino do município de Macapá são regidos por um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – Lei Municipal nº. 065/2009, que em seu Art. 5º. Inciso VIII, letra “c” prevê:

estabelecimento de critérios de número de alunos por classes, séries e níveis de ensino, respeitando o máximo de 20 (vinte) alunos nas classes de Educação Infantil, 35 (trinta e cinco) nas classes de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, 40 (quarenta) nas classes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Na prática esse dispositivo legal não está sendo respeitado, o que vem comprometendo a qualidade do ensino ofertado e conseqüentemente o desempenho profissional do professor. A professora “O.B.F.” do 1º ano do ensino fundamental de uma das escolas pesquisadas relata que:

(...) é algo absurdo, a Secretaria de Educação não nos dá suporte para desenvolver o aprendizado do aluno, eles apenas matriculam, visando apenas números; mas quem vivencia no dia a dia somos nós. É muito difícil trabalhar em um espaço pequeno com uma turma lotada. (Entrevista realizada em 21/9/2011. Macapá-AP).

Ao analisar a relação entre a quantidade de alunos em sala de aula e a qualidade do ensino ofertado, os professores apontam que a superlotação das salas afeta diretamente a qualidade do ensino ministrado. A aprendizagem fica comprometida e segundo alguns professores essa problemática se reflete no “fracasso escolar”. Alguns professores chegaram a afirmar que é “desumano trabalhar em salas lotadas”. A pesquisa também comprovou que a

superlotação é uma “triste realidade” nas escolas da rede de ensino do Município de Macapá e que o Poder Público está preocupado com quantidade e não com qualidade.

O estudo apontou que a maioria dos professores pesquisados considera suas condições de trabalho como “extremamente precárias”, “regular”, “limitada” ou “razoável”. Enfatizaram que a falta de materiais pedagógicos e espaço físico são situações que afetam negativamente o bom desempenho profissional. Merece registro o depoimento da professora “E.G.R.” alfabetizadora do 1º ano do Ensino Fundamental ao observar que “as dificuldades são inúmeras, em algumas situações pagamos para trabalhar”. Neste caso, constatamos que a professora se referia à situações em que os professores têm que comprar materiais básicos como papel para desenvolver suas atividades.

Ainda na trilha das dificuldades que os professores enfrentam para realizar um bom trabalho, o estudo levantou que a maioria dos professores entrevistados atribuiu como principal dificuldade a falta de recursos didáticos e a falta de participação da família na vida escolar dos estudantes. Destaca-se ainda como dificuldade enfrentada pelos professores a superlotação das salas de aula, falta de reuniões periódicas com todos os profissionais envolvidos nas atividades diárias da escola, falta de apoio do serviço técnico pedagógico, indisciplina e “agressividade” de alguns alunos.

Outra questão abordada foi a formação/escolarização dos professores. Nesse sentido, a pesquisa mostrou que a maioria dos professores pesquisados possui o 3º grau incompleto e que os mesmos afirmam que a atual formação contribui para a melhoria do desempenho profissional.

O estudo verificou que a formação continuada do professor da rede de ensino de Macapá se dá basicamente de duas maneiras: por conta própria ou de forma institucional – por meio da Secretaria Municipal de Educação. Os professores têm consciência de que a formação continuada é importante para o crescimento pessoal, profissional e para a melhoria do desempenho profissional; mesmo com todas as dificuldades em participar de cursos, quando estes são realizados por conta própria.

A pesquisa também relacionou a precarização com a forma de gestão escolar. O resultado indicou que os gestores escolares, na opinião dos professores deveriam participar mais das atividades cotidianas da escola. Deveriam se ocupar mais em dar direção ao trabalho pedagógico, técnico-institucional e participar mais das ações da escola em vez de dar maior atenção às questões políticas fora da escola. Outra observação foi a pouca abertura à participação da comunidade na vida da escola. A pesquisa apontou que na maioria das escolas pesquisadas as decisões são tomadas sem a participação da comunidade escolar; fato este que

comprova que a participação da comunidade na vida das escolas é “baixa” ou “pouco participativa”. Muitos pais entendem que participação é apenas “cobrar” do professor, da direção e da escola que seu filho ao final do ano letivo seja aprovado. Nesse caso, só há uma efetiva participação quando os pais têm algum benefício social a receber como, por exemplo, a bolsa família ou cesta básica.

As investigações constataram ainda que os espaços pedagógicos e de aprendizagem como sala de leitura, laboratório de informática e TV Escola não existem ou foram adaptados para sala de aula. Segundo os professores entrevistados essa realidade compromete a melhoria da qualidade do ensino, pois, tais espaços são importantes como suporte pedagógico às atividades docentes e reflete a precarização dos espaços escolares e do próprio ensino.

É urgente que se modifiquem as condições de trabalho dos profissionais da educação, que se olhe para a escola de forma coerente, com propostas que abarquem todas as dimensões dos problemas encontrados. Que se ofereça a estes profissionais condições dignas de trabalho e de vida. Que haja investimento em melhorias salariais, na elaboração participativa de um plano de cargos, carreiras e salários e investimento real no aperfeiçoamento profissional, incluindo a liberação parcial ou integral do trabalho.

Cada trabalhador tem muito a contribuir para o diagnóstico e superação das más condições de trabalho e saúde no ambiente escolar. É necessário dar voz, criar canais de participação, democratizar o ambiente de trabalho, para que os trabalhadores e trabalhadoras possam interferir propondo mudanças nas condições e na organização do trabalho.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do problema e das hipóteses levantadas no presente estudo, constatou-se que o processo de depreciação das condições de trabalho se faz presente nas escolas municipais pesquisadas e que os impactos desse processo afeta a prática profissional dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental no Município de Macapá. Observou-se após o estudo que a precarização das condições de trabalho vai além da falta de recursos materiais, didáticos e estrutura física.

Dessa forma, foram comprovadas as hipóteses lançadas no projeto desse estudo, que afirmavam que a forma como a escola pública encontra-se precarizada nas condições estruturais, afeta o bom desempenho profissional dos professores. A dificuldade de acesso a uma boa formação inicial e continuada compromete a qualidade da prática nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Macapá.

Os depoimentos e relatos de professores e professoras nos mostram que a gestão escolar também interfere positiva ou negativamente no desempenho profissional dos docentes, nesse caso, constata-se que a maioria dos professores entrevistados destaca o esforço dos gestores em colaborar com o desenvolvimento da escola, o que ajuda os docentes em sua prática profissional.

A precarização das condições de trabalho atinge também as questões salariais, a implementação de um programa permanente de formação continuada em serviço, a própria auto-estima do profissional e, ainda, sua atuação profissional tanto do ponto de vista pedagógico como do ponto de vista político e, as relações sociais na esfera do espaço escolar; assim como colabora para a pouca participação da comunidade na vida da escola.

Observou-se que as más condições de trabalho deixam suas marcas de exploração, expropriação, ofuscando a consciência de classe e de organização na luta por um trabalho decente e de melhores condições de trabalho. A pesquisa também comprovou que a superlotação é uma “triste realidade” nas escolas da rede de ensino do município de Macapá e que o Poder Público está preocupado com quantidade e não com qualidade.

O estudo constatou que a legislação educacional vigente no país, seja ela a nacional (LDB-9.394/96) ou a Lei Municipal nº. 065/2009, são aplicadas também de forma precária e parcial. Nesse sentido, é preciso que os planos, programas e projetos educacionais sejam tratados e implementados como Políticas de Estado e, que a educação no Brasil e no município de Macapá seja de fato tida como prioridade.

Portanto, a educação no Brasil e no município de Macapá precisa ser tratada com uma visão holística: da formação inicial e continuada dos futuros professores (principalmente os da base), de melhores condições estruturais de trabalho, valorização salarial, valorização profissional, garantia de crescimento na carreira e o resgate da identidade profissional dos professores; é o caminho para a construção de um país com mais justiça social e igualdade de condições a todos.

## **6. REFERÊNCIAS**

**AMAPÁ. Lei nº. 065, de 31 de outubro de 2009.** Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Macapá.

**ALMEIDA, Maria Isabel. O trabalho dos educadores.** In: AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; SILVA, Aínda Maria Monteiro. (Orgs). Retrato da Escola no Brasil. Brasília: CNTE. 2004, p. 105-118.

**ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaio de Sociologia do Trabalho. 2ª ed. In: Precariedade e precarização do trabalho e o precário mundo do trabalho no Brasil. Londrina: Práxis, 2007, p. 112-152**

**ANTUNES, Ricardo. O século XX e a era da degradação do trabalho. In: PEREIRA, Josué (Org.). Por uma sociologia do século XX. São Paulo: Annablume, 2007, p. 21-35.**

\_\_\_\_\_, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. In: As metamorfoses no mundo do trabalho. A precarização estrutural do trabalho em escala global. São Paulo: Cortez, 2010, p. 45-60; p. 103-109.

**MINAYO, M<sup>a</sup> Cecília. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.**

**ROSSO, Sadi dal; FORTES, José Augusto Abreu Sá (Orgs). Condições do Trabalho no limiar do século XXI. In: ABRAMO, Laís. Trabalho docente, informalidade e precarização do trabalho. Brasília, Época, 2008**

**PRIEB, Sérgio. O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Ijuí: Unijuí, 2005.**

**SZYMANSKI, Heloisa (Org.). A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.**

## **APÊNDICE**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Como você avalia suas condições estruturais e materiais de trabalho?
2. Quais as principais dificuldades que você enfrenta para realizar um bom trabalho na sala de aula e na escola?
3. Como você vê a relação entre a quantidade de alunos em sala de aula e a qualidade do ensino ofertado?
4. Qual sua atual formação/escolaridade? Ela lhe fornece os referenciais necessários para desempenhar um bom trabalho?
5. De que forma você desenvolve sua formação continuada? Ela é pessoal (por conta própria) ou institucional (Secretaria Municipal de Educação)?
6. Como você avalia gestão da sua escola nos aspectos técnicos, pedagógicos, interação com os professores e com a comunidade?
7. De que forma as decisões pedagógicas, técnicas e financeiras são tomadas na escola?
8. Como se dá a participação da comunidade na vida da escola? A escola incentiva a participação da comunidade?
9. A escola possui laboratórios/espços pedagógicos? Quais? Eles oferecem condições para auxiliá-lo em suas atividades docentes?
10. Você se considera valorizad@ enquanto profissional da educação? Justifique.